

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMZNAS**

*Pregão Eletrônico nº. 018/2022*

**NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.**, sociedade empresarial situada a Est. Manoel Urbano S/N, KM 02, CEP: 69.415-000, Iranduba/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 14.214.776.0001-19, representada na forma do seu contrato social **(doc. 01 – contrato social)**, vem, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no subitem 21.1 do edital em referência, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022**, pelos fatos expostos a seguir.

**I. DA LEGITIMIDADE DO IMPUGNANTE E DA TEMPESTIVIDADE**

1. Inicialmente, cabe ressaltar que o impugnante detém legitimidade para a apresentação da presente impugnação, nos exatos termos do disposto no subitem 21.1 do Edital de Licitação, a saber:

*“21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.”*

2. Dessa forma, estando comprovada a legitimidade da impugnante, passa-se à tempestividade.

3. Conforme se verifica da análise do edital, a abertura da sessão pública dar-se-á no dia 22/09/2022, às 09h00min, razão pela qual a presente impugnação se mostra tempestiva.

4. Assim, presentes os requisitos de admissibilidade da impugnação (legitimidade e tempestividade), serão expostos os argumentos fáticos e jurídicos a amparar a presente peça impugnatória.

**II. DA NECESSÁRIA REFORMA DO EDITAL E TERMO DE  
REFERÊNCIA**

### **II.1. Da exclusividade de participação de empresas de pequeno e médio porte**

5. No item 4.1.2 do Edital consta que o item 01 é exclusivo para Me/EPP, veja-se:

*“4.1.2 Para o item 01, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”*

6. Da leitura do Edital e seus anexos, constata-se a inexistência de justificativa para tal restrição de participação.

7. Portanto, ao analisar o Edital e seus anexos, detectou-se que não há que se falar em exclusividade de participação para as empresas de pequeno e médio porte, uma vez que já possuem outros privilégios previstos em lei, bem como fere a ampla concorrência, princípio que sempre deve ser observado nas contratações públicas.

8. Além disso, não foi possível identificar no instrumento convocatório, a vantajosidade para a Administração Pública em restringir a participação no início do processo.

9. Destarte, é importante lembrar que a ausência de licitantes pode resultar em um certame deserto, da mesma forma que a ausência de licitantes que cumpram os requisitos de habilitação para prestar o serviço ora licitado, ou ainda com uma boa proposta, pode acarretar em um certame fracassado, o que gera ainda mais prejuízo.

10. Diante disso, impõe-se a retificação do Edital de modo que seja excluída a restrição e ampliada a possibilidade de participação para os licitantes de grande e médio porte, evitando a ocorrência de licitação deserta e/ou fracassada, bem como assegurar o êxito da contratação por parte da Administração Pública e garantir a ampla concorrência no certame.

### **Da violação aos Princípios da Isonomia, Igualdade e Impessoalidade.**

11. As exigências do Edital ora impugnado são contra a legislação em vigor, e violam os princípios constitucionais da isonomia, igualdade e impessoalidade. Conforme definição da doutora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “À Administração só é dado o direito de agir de acordo com o determinado pela lei. Este é o principal corolário do princípio da legalidade e “constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais” (Di Pietro, 1999, p.67)”.

12. Não é possível admitir que o ora impugnado restrinja a participação de empresas

com exigências proibidas por lei e contra a orientação jurisprudencial mais especializada sobre o tema. O princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento igualitário.

13. Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

14. Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade. Cabe salientar que apesar da característica de essencialidade da isonomia, ela não pode ser exacerbada, mitigando busca da proposta mais vantajosa, assim não é cabível que um defeito irrelevante ou perfeitamente sanável exclua uma possível melhor proposta, mesmo por que essa exclusão gera além da ofensa ao princípio da "vantajosidade", uma ofensa ao próprio princípio da isonomia quando se retira da concorrência um candidato perfeitamente apto.

### **III. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – DA NECESSÁRIA INCLUSÃO DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS COMO REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15. O Edital e o Termo de Referência deixam de incluir diversos documentos obrigatórios. Veja-se.

16. Da leitura do objeto do Pregão Eletrônico nº 018/2022 é possível extrair que a licitação está sendo promovida para a *“Contratação de serviço especializado de coleta, transporte, tratamento e incineração final de resíduos hospitalares dos grupos A,B e E [...]”*

17. Ocorre que o objeto contratado na presente licitação é de grande impacto ambiental, devendo exigir diversos documentos obrigatórios, sob pena de inobservância ao princípio da legalidade.

18. A Lei Federal nº 8.666/93, em seu art. 30, dispõe que as licitantes devem fazer prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial ao apresentar a documentação relativa à qualificação técnica, veja-se:

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: [...]”*

***IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.”***

19. O Edital não determina como qualificação técnica a apresentação de licença de operação para transporte, tratamento e destinação final de resíduos, Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA, Licença Sanitária e Registro no Conselho de Classe Competente.

20. Tais documentos são essenciais para operar transporte, coleta, tratamento e disposição final de resíduos e rejeitos dos serviços de saúde. Vejamos.

**III.1. Licença de Operação**

21. A Resolução CONAMA nº 237/1997, expõe que caberá ao Poder público expedir a Licença de Operação, que *“autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.”*

22. Ainda, de acordo com a Cartilha de Licenciamento Ambiental, elaborada pelo Tribunal de Contas da União em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis<sup>1</sup>, a licença de operação possui três características básicas:

*“1. é concedida após a verificação, pelo órgão ambiental, do efetivo cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças anteriores (prévia e de instalação);*

*2. contém as medidas de controle ambiental (padrões ambientais) que servirão de limite para o funcionamento do empreendimento ou atividade; e*

**3. especifica as condicionantes determinadas para a operação do empreendimento, cujo cumprimento é obrigatório, sob pena de suspensão ou cancelamento da operação.”**

23. Portanto, antes de qualquer habilitação e adjudicação do objeto a qualquer licitante, deve ser apresentada a licença de operação para transporte, tratamento e destinação final de resíduos e suas condicionantes, pois é uma condição de cumprimento obrigatório disposto em lei especial.

24. Diante disso, a licença de operação autorizando o transporte, tratamento e destinação final de resíduos, deve ser exigida como requisito de qualificação técnica.

**III.2. Cadastro Técnico Federal IBAMA**

25. Deve-se exigir como qualificação técnica, a apresentação de Cadastro Técnico Federal (CTF), instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente – Lei nº 6.938/1981. A responsabilidade pelo controle do cadastro é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

26. O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) é o registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades passíveis de controle ambiental descritas na Lei Federal nº 6.938/81, o que inclui o transporte e destinação final de resíduos sólidos, devendo ser exigido como qualificação técnica, por se tratar de documento obrigatório para a execução do objeto licitado, veja-se:

*Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA [...]*

*II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.*

27. Outrossim, o registro dos licitantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais é obrigatória, por força do art. 2º da IN-IBAMA nº 1/2013:

*“Art. 3º São obrigadas à inscrição no CNORP as pessoas jurídicas que exerçam atividades de geração e operação de resíduos perigosos, no âmbito das atividades potencialmente poluidoras de que trata a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e das normas vigentes que regulamentam o CTF-APP.*

*Parágrafo único. As atividades de que trata o caput são classificadas nos termos do Anexo I. Art. 4º A inscrição no CNORP observará:*

*I. a inscrição prévia do gerador ou operador de resíduos perigosos no CTF-APP;”*

28. A exigibilidade do cadastro como qualificação técnica de atividade potencialmente poluidora, decorre da obrigatoriedade de os licitantes submeterem-se a fiscalização e licenciamento, tanto pelo órgão Federal como os Estaduais e Municipais, respectivamente, devendo as empresas cumprirem requisitos mínimos em conformidade com os regulamentos dos órgãos competentes.

29. Nesse sentido, os resíduos sólidos urbanos têm seu tratamento regimentado através da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre as diretrizes relativas à gestão

integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público, merecendo, pois, guarda de regularidade junto ao Cadastro Federal.

30. Ora, inquestionável que a Lei Federal nº 6.938/1981 e a IN-IBAMA nº 01/2013 obrigam qualquer empresa geradora ou operadora de resíduos perigosos, entre eles os resíduos e rejeitos da saúde, a apresentar o Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, devendo ser exigido como qualificação técnica no presente certame.

### **III.3. Da Inscrição na Entidade Profissional Competente**

31. Da leitura do edital, verifica-se que não foi exigida a inscrição da Licitante e Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Química - CRQ.

32. A exigência de registro no Conselho Profissional é obrigatória, conforme disposto no art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93:

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;”*

33. Ademais, o art. 1º da Lei nº 6.839/80, assim prescreve:

*“Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.”*

34. Nesse contexto, tendo em vista o disposto no art. 30, inciso I da Lei nº 8.666/93 e no art. 1º da Lei nº 6.839/80, deve ser incluída a exigência de inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica.

35. Ora, o objeto do presente Edital consiste na contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e incineração final de resíduos hospitalares. Portanto, o responsável técnico deve apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Química – CRQ.

36. Nesse passo, conclui-se pela necessária inclusão de registro do responsável técnico e da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Regional de Química – CRQ, nos termos do art. 30, inciso I da Lei 8.666/93 e no art. 1º da Lei nº 6.839/80.

#### **III.4. Da Licença Sanitária**

37. Por derradeiro, deve-se exigir como qualificação técnica, a Licença Sanitária, visto que a vigilância sanitária e seus agentes públicos têm a permissão de fiscalizar, atuar, e interditar estabelecimentos irregulares, de modo a garantir a segurança adequada para a população, com base em um conjunto de normas legais estabelecidos pela legislação. Na gestão de resíduos da saúde a **Vigilância Sanitária fiscaliza e impede que os resíduos da saúde sejam destinados de forma incorreta**. Sendo indispensável a exigência no processo licitatório.

#### **IV. CONCLUSÃO**

38. Os resíduos e rejeitos da saúde, quando dispostos irregularmente, causam uma série de impactos negativos ao ambiente, tais como: obstrução de vias e logradouros públicos, comprometimento da qualidade do ambiente e da paisagem local, proliferação de vetores, assoreamento de córregos e rios, além dos custos com limpeza e outros.

39. A exigência dos documentos como qualificação técnica, além de obrigatórios por lei especial, são necessários para que a Administração contrate empresa que possua capacidade operacional e técnica para operar os resíduos, evitando desastres ambientais, descarte, coleta e transporte irregulares.

40. A licitação visa a permitir a participação do maior número possível de pretendentes a contratar com a administração pública, em um processo seletivo que lhes permita igualdade de condições, fazendo com que o Poder Público possa pactuar com aquele que lhe ofereça melhores condições técnicas e econômicas, com a segurança exigida, não podendo desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém, em obediência ao princípio da impessoalidade.

41. Assim sendo, exigências legais e necessárias para consecução dos serviços não violam a participação de concorrentes que possuem condições técnicas de executar o objeto do certame, mas mantém a ordem econômica e os princípios licitatórios como a livre concorrência, a impessoalidade, a isonomia e o interesse público.

42. Nestes termos, sem sombra de dúvidas, resta claro que os referidos documentos devem ser exigidos como qualificação técnica, em observância ao art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 e às leis especiais que regulam as licenças e autorizações, pois para a realização das atividades de coleta, transporte e destinação final de resíduos da saúde, as empresas dependem da apresentação dos referidos documentos.

#### **V. DO PEDIDO**

---

Diante do exposto, requer que a presente impugnação seja **RECEBIDA E JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE**, retificando-se o Edital para efeito de:

- a) excluir as restrições e ampliar a possibilidade de participação para todas as empresas que tenham interesse e condições de oferecer uma boa proposta para o objeto licitado;
- b) inclusão das exigências das licenças de operação;
- c) inclusão de exigência de Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA;
- d) inclusão de exigência de Licença Sanitária e responsável técnico com registro no CREA ou no CRQ, como documentos de qualificação técnica.

Manaus, 16 de setembro de 2022.

Termos em que,  
Pede deferimento.

---

**NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.**





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

## Capa de Processo

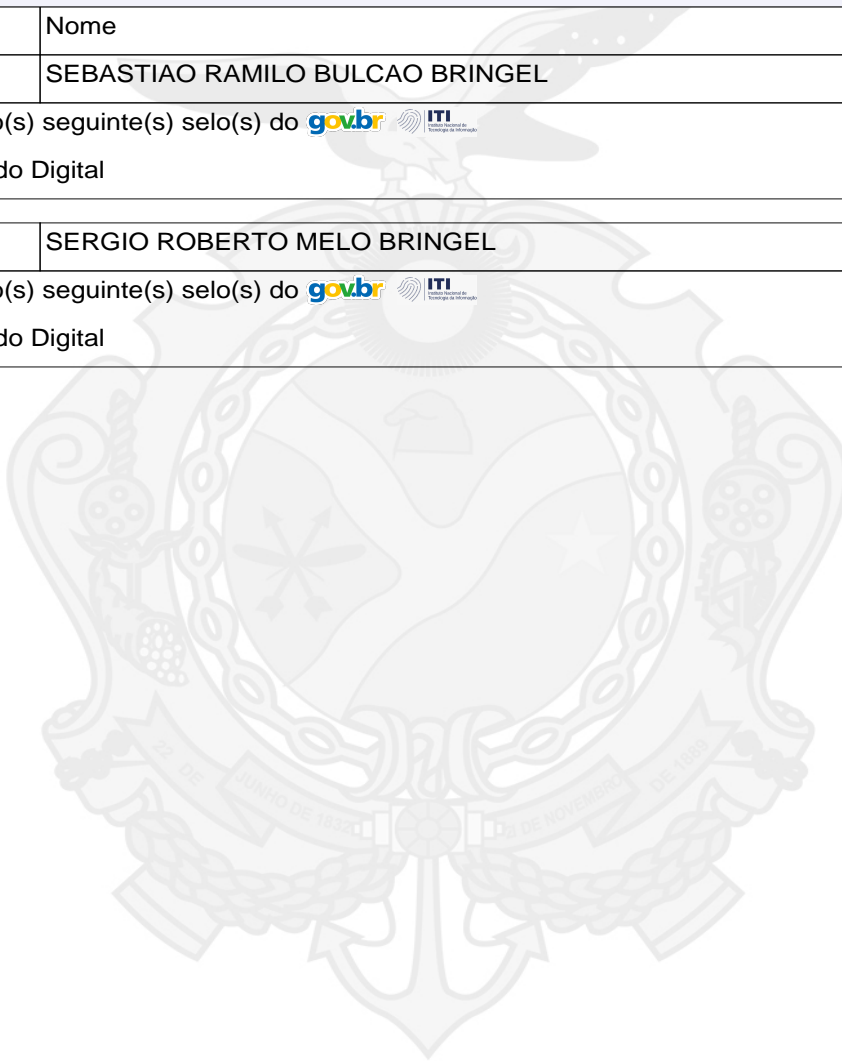
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/068.722-3	AMN2111371596	29/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.689.072-15	SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL	29/12/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do ITI  
Selo Ouro - Certificado Digital

416.576.592-91	SERGIO ROBERTO MELO BRINGEL	29/12/2021
----------------	-----------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do ITI  
Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Amazonas



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lylcia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lylcia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

LYLCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 2/16

**14ª ALTERAÇÃO COM CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO**  
**DO CONTRATO SOCIAL**

**NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**  
**CNPJ 14.214.776/0001-19**  
**NIRE – 13200568885**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo nomeadas e qualificadas, a saber:

**SB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**, Sociedade Limitada Unipessoal com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Cosme Ferreira, 1877, Sala C, Aleixo. Cep 69083-000. Com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Amazonas – JUCEA NIRE sob o número **13200658612** em sessão do dia 27/05/2015, inscrita no CNPJ sob o número **22.617.090/0001-05**, neste ato representado pelo Administrador **não sócio** o Sr. **SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL** portador da cédula de identidade RG sob o nº **0116682-4** SSP/AM nascido em 05/05/1947, inscrito no CPF/ME sob o nº **006.689.072-15** e,

**SÉRGIO ROBERTO MELO BRINGEL**, brasileiro, natural de Parintins – AM, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº **09107720** SSP/AM, nascido em 27/06/1972, inscrito no CPF/MF sob nº **416.576.592-91**, residente e domiciliado a Alameda Índia, nº 1.998, Casa nº 208, Ponta Negra Clube de Campo, CEP 69.037-058, Ponta Negra, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas.

Únicos sócios da empresa **NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, sociedade com seus Atos Constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob o N° **13200568885**, por despacho de 30/08/2011, inscrita no CNPJ sob o N° **14.214.776/0001-19**, Estrada Manoel Urbano, S/N, KM 02, Zona Rural, CEP 69.415-000, município de Iranduba/Am, resolvem de comum acordo entre as partes alterar o seu contrato social e proceder a atualização de acordo com a Lei N° 10.406/2002, conforme as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADMISSÃO DE SÓCIOS**

**SMB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**, sociedade com seus Atos Constitutivos devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA/AM sob o NIRE nº **13200795717**, por despacho de 15/04/2021, inscrita no CNPJ sob o nº **41.586.300/0001-81**, com sede na Rua Avenida Cosme Ferreira, nº 1877, Sala 2D, Bairro: Aleixo, Manaus/AM, CEP: 69.083-00, representado pelo Titular da empresa **SÉRGIO ROBERTO MELO BRINGEL**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 27.06.1972, portador da cédula de identidade RG sob o nº 0910772-0 SSP/AM, inscrito no CPF/ME sob o nº 416.576.592-91, com residência e domicílio na Alameda Índia, nº 1998, casa nº 208, Ponta Negra Clube de Campo, na cidade de Manaus, estado do Amazonas, CEP 69037-058.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIRADA DE SÓCIOS E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

O sócio **SÉRGIO ROBERTO MELO BRINGEL**, a cima qualificado retira-se da sociedade de livre e espontânea vontade, onde cede e transfere a totalidade de suas quotas de 3.500.000 (Três Mil e Quinhentas Mil) quotas, no valor de R\$ 3.500.000,00 (Três Milhões e Quinhentos Mil Reais), ao sócio admitido Pessoa Jurídica **SMB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**, representado pelo Titular da empresa **SÉRGIO ROBERTO MELO BRINGEL**, já qualificados, na qual declaram ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamarem, seja a que título for, nem do cessionário, nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa irrevogável quitação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social da empresa será de R\$ 7.000.000,00 (Sete Milhões de Reais) dividido em 7.000.000 (Sete Milhões) de quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente e legal do país, pelos sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Quotas	CAPITAL INTEGRALIZADO	%
<b>SMB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA</b>	<b>3.500.000</b>	<b>R\$ 3.500.000,00</b>	<b>50%</b>
<b>SB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA</b>	<b>3.500.000</b>	<b>R\$ 3.500.000,00</b>	<b>50%</b>
<b>TOTAL CAPITAL SOCIAL</b>	<b>7.000.000</b>	<b>R\$ 7.000.000,00</b>	<b>100%</b>

## **CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo **não sócio** o Sr. **SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e *extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social*, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, competindo-lhes:

A) A representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidade paraestatais;

B)

b) A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação, por qualquer outra forma, de bens e móveis e imóveis da sociedade, determinando os respectivos termos, preços e condições;



- c) A nomeação de auditores;
- d) A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive escrituras, títulos de dividas, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros;
- e) Aquisição, alienação, oneração ou instituição de gravame, de qualquer natureza, de bens móveis ou imóveis do ativo permanente da sociedade;
- f) Venda, transferência, alienação por qualquer modo ou oneração de qualquer natureza de participações societárias ou investimentos da sociedade;
- g) Tomada de empréstimos ou financiamentos, com ou sem garantia hipotecária, seja qual for o valor envolvido;
- h) Realização de qualquer operação ou contrato envolvendo locação, arrendamento mercantil, licenciamento de marcas e ou patentes, representação comercial, prestação de serviços, pela ou em favor da sociedade, cujo valor, em cada operação ou série de operações, exceda a quantia equivalente a 20% do capital social;
- i) Outorga de procurações em nome da sociedade, sendo necessário especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado de um ano;
- j) Realização de investimentos ou participações em sociedade de qualquer tipo, empreendimentos ou associações, bem como em consórcios.

**Parágrafo Único:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos praticados por qualquer dos sócios, administradores, gerentes, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócio ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO DESIMPEDIMENTO DOS ADMINISTRADORES**

O administrador **não sócios** declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, conforme o Art. 1.011, parágrafo primeiro da Lei nº 10.406/2002.

### **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Em razão da alteração havida e para maior facilidade e clareza, resolve o sócio consolidar e adequar as demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei nº 10.406/02, que passa a vigorar com a seguinte redação:



## **CONTRATO SOCIAL**

### **NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**

**CNPJ: 14.214.776/0001-19**

**NIRE: 13200568885**

**SB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**, Sociedade Limitada Unipessoal com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Cosme Ferreira, 1877, Sala C, Aleixo. Cep 69083-000. Com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Amazonas – JUCEA NIRE sob o número **13200658612** em sessão do dia 27/05/2015, inscrita no CNPJ sob o número **22.617.090/0001-05**, neste ato representado pelo Administrador **não sócio** o Sr. **SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL** portador da cédula de identidade RG sob o nº **0116682-4** SSP/AM nascido em 05/05/1947, inscrito no CPF/ME sob o nº **006.689.072-15** e,

**SMB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**, sociedade com seus Atos Constitutivos devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA/AM sob o NIRE nº **13200795717**, por despacho de 15/04/2021, inscrita no CNPJ sob o nº **41.586.300/0001-81**, com sede na Rua Avenida Cosme Ferreira, nº 1877, Sala 2D, Bairro: Aleixo, Manaus/AM, CEP: 69.083-00, representado pelo Titular da empresa **SÉRGIO ROBERTO MELO BRINGEL**, nascido em 27/06/1972, portador da cédula de identidade RG sob o nº **0910772-0** SSP/AM, inscrito no CPF/ME sob o nº **416.576.592-91**.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade gira sob o nome empresarial: **NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO TÍTULO DO ESTABELECIMENTO**

A sociedade adota como título do estabelecimento (Nome de Fantasia): **NORTE AMBIENTAL**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO ENDEREÇO DA SEDE**

A sociedade tem sua sede e domicílio na Estrada Manoel Urbano, S/N, Km 02, Zona Rural – Iranduba/Am, CEP 69415-000.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem por objeto social:

##### **Atividade Principal:**

**38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos.**

##### **Atividades Secundárias:**

**38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos;**

**38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos;**



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

  
LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 6/16

82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente;  
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária;  
46.87-7/02 – Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão;  
4313-4/00 – Obras de terraplenagem;  
4399-1/01 - Administração de obras;  
4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;  
4399-1/03 - Obras de alvenaria;  
4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;  
4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;  
4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente;  
7111-1/00 - Serviços de arquitetura;  
7112-0/00 - Serviços de engenharia;  
3821-1/00 – Tratamento e Disposição de Resíduos não perigosos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO**

A sociedade iniciou suas atividades em 30/08/2011 e seu prazo é indeterminado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social que é de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais) dividido em 7.000.000 (sete milhões) de cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizado em moeda corrente e legal do país, ficando o capital distribuído na seguinte forma:

SÓCIOS	Quotas	CAPITAL INTEGRALIZADO	%
SMB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	3.500.000	R\$ 3.500.000,00	50%
SB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	3.500.000	R\$ 3.500.000,00	50%
TOTAL CAPITAL SOCIAL	7.000.000	R\$ 7.000.000,00	100%

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS QUOTAS DA SOCIEDADE**

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a pertinente alteração contratual. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



## **CLÁUSULA NONA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo **não sócio** o Sr. **SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e *extrajudicialmente*, *podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social*, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, competindo-lhes:

A) A representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidade paraestatais;

b) A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação, por qualquer outra forma, de bens e móveis e imóveis da sociedade, determinando os respectivos termos, preços e condições;

c) A nomeação de auditores;

d) A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive escrituras, títulos de dividas, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros;

e) Aquisição, alienação, oneração ou instituição de gravame, de qualquer natureza, de bens móveis ou imóveis do ativo permanente da sociedade;

f) Venda, transferência, alienação por qualquer modo ou oneração de qualquer natureza de participações societárias ou investimentos da sociedade;

g) Tomada de empréstimos ou financiamentos, com ou sem garantia hipotecária, seja qual for o valor envolvido;

h) Realização de qualquer operação ou contrato envolvendo locação, arrendamento mercantil, licenciamento de marcas e ou patentes, representação comercial, prestação de serviços, pela ou em favor da sociedade, cujo valor, em cada operação ou série de operações, exceda a quantia equivalente a 20% do capital social;

i) Outorga de procurações em nome da sociedade, sendo necessário especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado de um ano;

j) Realização de investimentos ou participações em sociedade de qualquer tipo, empreendimentos ou associações, bem como em consórcios.

**Parágrafo Único:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos praticados por qualquer dos sócios, administradores, gerentes, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócio ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.



## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ABERTURA DE FILIAL**

A sociedade poderá qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS FILIAIS**

As filiais da Norte Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda:

**1 - Filial 1 NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, com o título do estabelecimento (Nome de Fantasia) **NORTE AMBIENTAL**, com CNPJ nº **14.214.776/0002-08**, NIRE nº **14900042381**, com seu estabelecimento localizada *Rua Boreal, Nº 702, loteamento Cruviana 1, lote 16, quadra 832, Bairro Equatorial, CEP 69317-386, Boa Vista- RR*, tendo por objetivos sociais as seguintes atividades, **Principal: 3822-0/00 – Tratamento e disposição de resíduos perigosos**, Secundárias: 3811-4/00 – Coleta de resíduos não perigosos, 3812-2/00 – Coleta de resíduos perigosos, 8299-7/99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente, 7820-5/00 – Locação de mão de obra temporária, com capital social designado de R\$ 300.000,00 (*trezentos mil reais*), desmembrado da matriz para atender suas atividades.

**2 – Filial 2 NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, com o título do estabelecimento (Nome de Fantasia) **NORTE AMBIENTAL**, CNPJ nº **14.214.776/0004-61**, NIRE nº **11900182805**, com seu estabelecimento localizado na Rodovia BR-364, Sentido Acre, Km 11, Lote-61A, Gleba-4B, Setor Garças, CEP: 76834-899, Porto Velho/RO, tendo por objetivos sociais as seguintes atividades, **Principal: 3822-0/00 – Tratamento e disposição de resíduos perigosos**, Secundárias: 3811-4/00 – Coleta de resíduos não perigosos, 3812-2/00 – Coleta de resíduos perigosos, 8299-7/99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente, 7820-5/00 – Locação de mão de obra temporária, com capital designado de R\$ 300.000,00 (*trezentos mil reais*), desmembrado da matriz para atender suas atividades.

**3 – Filial 3 NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, com o título do estabelecimento (Nome de Fantasia) **NORTE AMBIENTAL**, CNPJ nº **14.214.776/0005-42**, NIRE nº **1290011668-4**, com seu estabelecimento localizado na Rodovia Transacreama, AC 90, Km 05, Zona Rural, Bairro: Floresta Sul, CEP: 69912-290, Rio Branco/AC, tendo por objetivos sociais as seguintes atividades, **Principal: 3822-0/00 – Tratamento e disposição de resíduos perigosos**, Secundárias: 3811-4/00 – Coleta de resíduos não perigosos, 3812-2/00 – Coleta de resíduos perigosos, 8299-7/99 – Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente, 7820-5/00 – Locação de mão de obra temporária, com o capital designado de R\$ 100.000,00 (*cem mil reais*), desmembrado da matriz para atender suas atividades.



**4 - Filial 4 NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, com o título do estabelecimento (Nome de Fantasia) **NORTE TOCANTINS FILIAL 4**, CNPJ nº **14.214.776/0006-23**, NIRE nº **17900391825**, com seu estabelecimento localizado na Rua 06, S/Nº, Quadra 23, Lotes M-10 ao M-17, Bairro: Distrito Agroindustrial de Porto Nacional, Porto Nacional/TO, CEP: 77500-000, tendo como objetos sociais as atividades econômicas as mesmas da matriz, com capital designado de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), desmembrado da matriz para atender suas atividades.

**Filial 5**, com a razão social **NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA**, com o título do estabelecimento (Nome de Fantasia) **NORTE PRESIDENTE FIGUEIREDO FILIAL 5**, com CNPJ nº **14.214.776/0007-04** e NIRE nº **1390028963-6**, com seu estabelecimento localizado na Rodovia BR 174, nº LT 8691, KM 991, Lote 8691, Bairro: Centro, CEP: 69.735-000, Presidente Figueiredo/AM, e que terá como objeto social as suas atividades as mesmas da matriz, com capital designado de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), desmembrado da matriz para atender suas atividades.

#### **CLÁUSULA – DÉCIMA TERCEIRA – DO PRÓ-LABORE**

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas disposições regulamentares pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO**

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DESIMPEDIMENTO**

O administrador **não sócios** declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, conforme o Art. 1.011, parágrafo primeiro da Lei nº 10.406/2002.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações da sociedade serão tomadas em reunião de cotistas, ficando dispensada a convocação e a assembleia de acordo com o disposto no artigo 1.702 do Novo Código Civil



## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Manaus-AM para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via.

*Manaus / AM, 15 de dezembro 2021.*

---

### **SMB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**

Socia Jurídica Admitida: Representado Por:

SÉRGIO ROBERTO MELO BRINGEL

CPF nº 416.576.592-91

---

### **SB PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA**

Socia Jurídica Permanente: Representado Por:

SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL

CPF: 006.689.072-15

---

### **SERGIO ROBERTO MELO BRINGEL**

Sócio Retirante

CPF: 416.576.592-91

---

### **SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL**

Administrador não sócio

CPF: 006.689.072-15





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

## Documento Principal

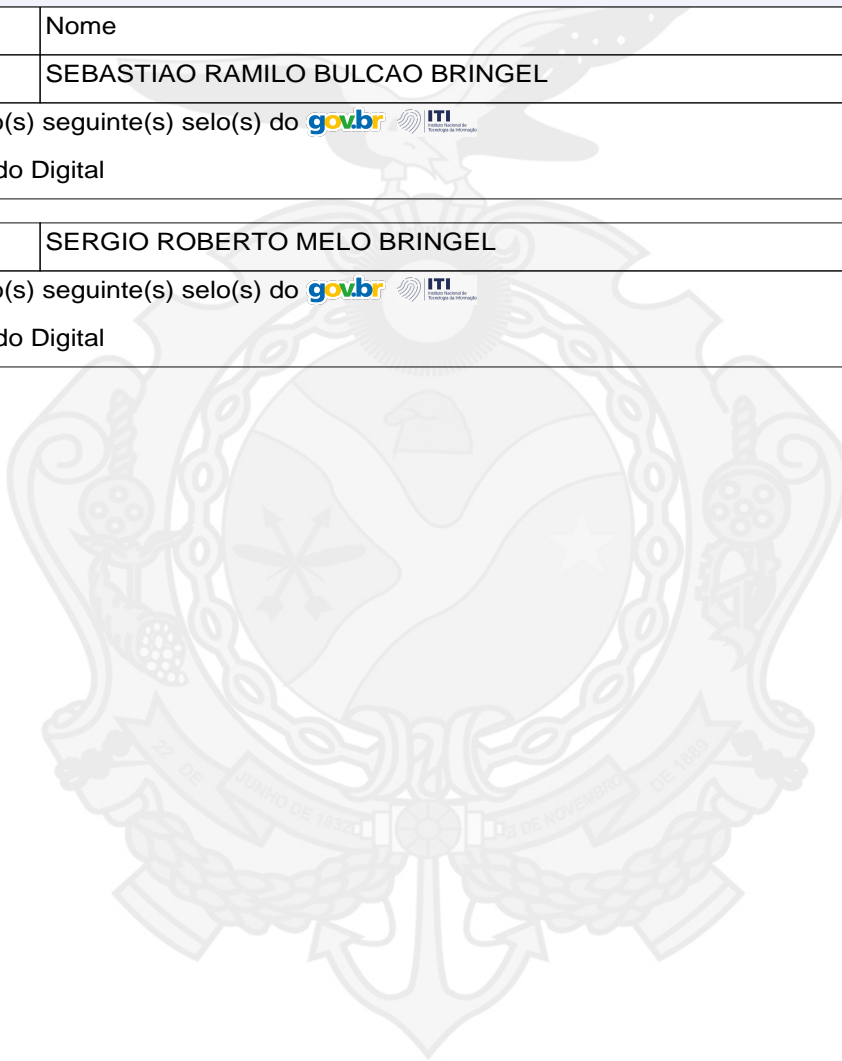
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/068.722-3	AMN2111371596	29/12/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.689.072-15	SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL	29/12/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do ITI  
Selo Ouro - Certificado Digital

416.576.592-91	SERGIO ROBERTO MELO BRINGEL	29/12/2021
----------------	-----------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do ITI  
Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado do Amazonas



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lylcia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lylcia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

LYLCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 12/16

## DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL REGISTRO DIGITAL

Eu, SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL, BRASILEIRA, CASADO, EMPRESÁRIO, DATA DE NASCIMENTO 05/05/1947, RG Nº 0116682-4 SSP-AM, CPF 006.689.072-15, ALAMEDA INDIA, Nº 1998, CASA 193 P.N. CLUBE DE CAMPO, BAIRRO PONTA NEGRA, CEP 69037-058, MANAUS - AM, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Manaus, 29 de dezembro de 2021.

---


**SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL**

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

  
LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 13/16







Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação  
Junta Comercial do Estado do Amazonas

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, de CNPJ 14.214.776/0001-19 e protocolado sob o número 21/068.722-3 em 29/12/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1157425, em 30/12/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Izabela Lopes Furtado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.



### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.689.072-15	SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL	29/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
416.576.592-91	SERGIO ROBERTO MELO BRINGEL	29/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.689.072-15	SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL	29/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
416.576.592-91	SERGIO ROBERTO MELO BRINGEL	29/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

### Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.689.072-15	SEBASTIÃO RAMILO BULCÃO BRINGEL	29/12/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 15/12/2021



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucea](https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 21/068.722-3.



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretária-Geral.

LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 14/16



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação  
Junta Comercial do Estado do Amazonas

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Izabela Lopes Furtado, Servidor(a) Público(a), em 30/12/2021, às 10:57.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucea](http://portal.de.servicos.da.jucea) informando o número do protocolo 21/068.722-3.



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lylcia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lylcia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

LYLCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 15/16



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
720.917.462-15	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Junta Comercial do Estado do Amazonas



Manaus. quinta-feira, 30 de dezembro de 2021



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1157425 em 30/12/2021 da Empresa NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA, CNPJ 14214776000119 e protocolo 210687223 - 29/12/2021. Autenticação: 61ED878AB66FE52E3ADEEF8F51FC5D611A118FD. Lylcia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21/068.722-3 e o código de segurança hdp3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 por Lylcia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE  
SECRETARIA GERAL

pág. 16/16

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

POLEGAR DIREITO

SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0116682-4

DATA DE EXPEDIÇÃO 17/06/2005

NOME SEBASTIAO RAMILO BULCAO BRINGEL

FILIAÇÃO CAMILO LOPES BRINGEL

GEMINIANA BULCAO BRINGEL

PARINTINS-AM

05/05/1947

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

CERT. CAS. N.º 833 FLS. 06V LV. 05

CART. PARINTINS-AM

OP. 006689072-15

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

3A. VIA